

SEMEAR IDEIAS, CULTIVAR CIDADANIA: O PROGRAMA JOVEM SENADOR COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PÚBLICA

SOWING IDEAS, CULTIVATING CITIZENSHIP: THE YOUNG SENATOR PROGRAM AS A PUBLIC COMMUNICATION STRATEGY

SEMBRANDO IDEAS, CULTIVANDO LA CIUDADANÍA: EL PROGRAMA DEL JOVEN SENADOR COMO ESTRATEGIA DE COMUNICACIÓN PÚBLICA



10.56238/revgeov16n5-177

Ana Lucia Coelho Romero Novelli

Doutora em Ciências da Comunicação

Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

E-mail: analucianovelli@gmail.com

Orcid: 0000-0003-2731-5072

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0863966961211941>

José Gaspar Nayme Novelli

Doutor em Administração

Instituição: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP)

E-mail: josenovelli1@gmail.com

Orcid: 0000-0003-0121-2358

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7071752262129926>

RESUMO

O presente artigo analisa o Programa Jovem Senador 2025 como uma política pública educacional e comunicacional voltada à formação cidadã. O estudo investiga como a experiência legislativa promove o letramento político, a consciência ecológica e o engajamento cívico entre jovens brasileiros. Utilizando uma metodologia qualitativa baseada na análise de conteúdo de ensaios e questionários aplicados aos participantes, a pesquisa demonstra que o programa consolida uma prática de comunicação pública, transformando conhecimento em ação política e fortalecendo a cidadania democrática. Os resultados evidenciam que a experiência parlamentar simulada desenvolve competências críticas, promove valores democráticos e estimula a participação social ativa. O programa representa um modelo replicável de educação para a cidadania, contribuindo para a reconstrução da confiança nas instituições democráticas e para a formação de uma nova geração politicamente engajada.

Palavras-chave: Comunicação Pública. Letramento Político. Educação Legislativa. Cidadania. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This article analyzes the Young Senator 2025 Program as an educational and communicational public policy aimed at citizen formation. The study investigates how legislative experience promotes political



literacy, ecological awareness, and civic engagement among Brazilian youth. Using qualitative methodology based on content analysis of essays and questionnaires applied to participants, the research demonstrates that the program consolidates a practice of public communication, transforming knowledge into political action and strengthening democratic citizenship. The results indicate that simulated parliamentary experience fosters critical competencies, promotes democratic values, and encourages active social participation. The program represents a replicable model for citizenship education, contributing to the rebuilding of trust in democratic institutions and forming a new generation of politically engaged individuals.

Keywords: Public Communication. Political Literacy. Legislative Education. Citizenship. Sustainability.

RESUMEN

Este artículo analiza el Programa Jóvenes Senadores 2025 como una política pública educativa y comunicativa orientada a la formación cívica. El estudio investiga cómo la experiencia legislativa promueve la alfabetización política, la conciencia ecológica y el compromiso cívico entre jóvenes brasileños. Mediante una metodología cualitativa basada en el análisis de contenido de ensayos y cuestionarios aplicados a los participantes, la investigación demuestra que el programa consolida una práctica de comunicación pública, transformando el conocimiento en acción política y fortaleciendo la ciudadanía democrática. Los resultados muestran que la experiencia parlamentaria simulada desarrolla habilidades críticas, promueve valores democráticos y fomenta la participación social activa. El programa representa un modelo replicable de educación para la ciudadanía, que contribuye a la reconstrucción de la confianza en las instituciones democráticas y a la formación de una nueva generación políticamente comprometida.

Palabras clave: Comunicación Pública. Alfabetización Política. Formación Legislativa. Ciudadanía. Sostenibilidad.



1 INTRODUÇÃO

O fortalecimento da comunicação pública orientada ao desenvolvimento da cidadania constitui um desafio central das democracias contemporâneas. Em tempos de desinformação e descrédito institucional, programas que aproximam o Parlamento da juventude assumem papel estratégico na reconstrução da confiança pública e no estímulo à participação social. Nessa perspectiva, o Programa Jovem Senador, política educacional do Senado Federal, busca articular educação legislativa, engajamento cívico e comunicação institucional, com o intuito de promover a vivência parlamentar como prática de aprendizado democrático.

O contexto contemporâneo de crise de representatividade e afastamento dos jovens da política institucional demanda iniciativas para aproximação de prática educacional e cidadania. Segundo Dantas et al. (2019), há uma percepção generalizada entre estudantes de ensino médio de que a política é corrupta e distante de suas realidades, o que reforça a necessidade de estratégias educacionais que desmistifiquem o funcionamento das instituições democráticas e aproximem os jovens dos processos decisórios.

Nesse sentido, programas de educação legislativa representam uma resposta institucional ao desafio de formar cidadãos críticos e participativos. Martins e Barros (2018) demonstram que experiências parlamentares de jovens têm impacto significativo no comportamento político dos egressos, aumentando não apenas o interesse por questões públicas, mas também o conhecimento sobre instituições políticas e a disposição para o engajamento cívico. Esses achados corroboram a importância de investir em políticas educacionais que promovam o letramento político desde a juventude.

Este estudo tem por objetivo analisar o Programa Jovem Senador 2025 como experiência de letramento político e comunicação pública, a partir de uma perspectiva que articula educação legislativa e práticas de comunicação pública. Especificamente, busca compreender se e como a vivência legislativa pode favorecer a formação ética, a consciência ambiental e o engajamento social dos participantes.

O Programa Jovem Senador é uma política pública educacional que promove a reflexão de estudantes da rede pública sobre política, democracia e cidadania. A partir de um concurso nacional de redação, é selecionado um estudante de cada estado para participar, em Brasília, da Semana de Vivência Legislativa, que simula o processo parlamentar. Em 2025, o tema da redação foi “Emergência Climática: pense no futuro, aja no presente”.

A pesquisa adota como premissa que o Programa Jovem Senador constitui um espaço de educação política experiencial, no qual os discursos e percepções dos participantes expressam consciência crítica e corresponsabilidade cidadã, e a comunicação pública, mediada pela escuta e pelo diálogo, transforma o aprendizado legislativo em prática de cidadania democrática.



Este Programa insere-se em um contexto global de renovação das práticas parlamentares. Conforme destacado pela União Interparlamentar (IPU, 2022), parlamentos ao redor do mundo têm buscado inovar suas estratégias de engajamento público, reconhecendo que a legitimidade das instituições representativas depende cada vez mais de sua capacidade de dialogar com a sociedade, especialmente com as novas gerações.

2 COMUNICAÇÃO PÚBLICA E LETRAMENTO POLÍTICO NO PARLAMENTO

2.1 A COMUNICAÇÃO PÚBLICA QUE DIALOGA E ESCUTA

A comunicação pública, enquanto campo conceitual e prático vinculado à esfera estatal, encontra no parlamento um espaço de concretização particularmente sensível às demandas de escuta, de diálogo e de reconhecimento mútuo entre instituições e sociedade. Mas para tanto, o fortalecimento dessa prática exige uma compreensão da comunicação pública que ultrapasse sua dimensão instrumental ou meramente informacional.

Conforme delineado por Zémor (1995), a comunicação pública é uma comunicação formal, visando a troca e o compartilhamento de informações de utilidade pública, bem como à manutenção de laços sociais, cuja responsabilidade recai sobre instituições públicas. Assim, a comunicação pública é uma prática institucional que articula escuta, diálogo e relacionamento com os cidadãos, em um movimento de reciprocidade comunicacional voltado à construção do bem comum. Por sua vez, Matos (2011) amplia essa perspectiva ao propor que a comunicação pública contemporânea deve ser compreendida como um processo comunicacional que se instaura na esfera pública entre o Estado, o governo e a sociedade, com o objetivo do interesse público.

Nesse contexto, a comunicação pública assume o papel de mediação simbólica entre o Estado e a sociedade civil, promovendo a circulação de informações de interesse coletivo e reconhecendo o cidadão como sujeito político, titular de direitos, deveres e voz ativa nos processos decisórios.

Embora possa recorrer a técnicas da publicidade e das relações públicas, a comunicação pública tem como finalidade não a persuasão, mas a formação de uma imagem institucional orientada pelo interesse coletivo e pelos princípios de veracidade, responsabilidade e utilidade pública.

Como observam Mainieri e Ribeiro (2024, p. 92), “a comunicação pública deve ser um espaço privilegiado de debate, participação, interlocução e intervenção do cidadão”, o que reafirma sua natureza ética e cidadã. Os autores ainda completam afirmando que a comunicação pública deve ser um espaço privilegiado de debate, participação, interlocução e intervenção do cidadão.

Nesse sentido, as práticas comunicacionais atuais, marcadas por mediações algorítmicas, participação em plataformas e fluxos descentralizados de informação, precisam ser incorporadas à prática contemporânea da comunicação pública, na qual o ato de comunicar é também um ato de cidadania e de construção do interesse público.



2.2 LETRAMENTO POLÍTICO E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

O conceito de letramento político tem ganhado centralidade nos debates sobre educação democrática. Cosson (2019) define letramento político como o conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita no campo da política, incluindo a capacidade de compreender, interpretar e produzir textos políticos, bem como de participar, de forma crítica e informada, dos processos decisórios.

Em paralelo, Ribeiro e Carvalho (2020) demonstraram empiricamente que o letramento político entre jovens eleitores no Brasil apresenta níveis preocupantemente baixos, com deficiências significativas no conhecimento sobre instituições, processos políticos e direitos cidadãos. Esse diagnóstico reforça a urgência de políticas educacionais voltadas ao desenvolvimento de competências políticas desde a educação básica.

O letramento político no ensino médio requer a articulação de recursos pedagógicos diversificados, metodologias participativas e parcerias institucionais (Harlos e Souza, 2025), entre elas, experiências práticas de participação democrática, como simulações parlamentares, que se mostram particularmente eficazes para o desenvolvimento de competências políticas, pois permitem aos estudantes vivenciarem concretamente os processos de deliberação, negociação e tomada de decisão.

2.3 PARLAMENTOS E EDUCAÇÃO LEGISLATIVA

A função educativa dos parlamentos tem sido reconhecida como uma dimensão essencial da representação democrática contemporânea. Santos Júnior (2022) realizou uma análise comparada dos programas de letramento político e de parlamento jovem dos legislativos brasileiros e europeus, identificando que as iniciativas mais bem-sucedidas são aquelas que combinam formação teórica com experiência prática, promovem o protagonismo juvenil e estabelecem mecanismos de acompanhamento de longo prazo.

De forma complementar, Rothberg et al. (2021) analisaram como os parlamentos digitais representam inovação democrática na era da informação, ampliando as possibilidades de participação, tornando os processos legislativos mais transparentes e acessíveis. Os autores argumentam que a combinação de experiências presenciais, como o Programa Jovem Senador, com plataformas digitais de engajamento potencializa o impacto educativo dessas iniciativas.

Almada et al. (2019) investigam as plataformas de engajamento cidadão desenvolvidas por parlamentos, demonstrando que a efetividade dessas ferramentas depende não apenas de suas características técnicas, mas, fundamentalmente, da existência de uma cultura institucional de valorização da participação social e de responsividade às demandas cidadãs.



2.4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

Ressalta-se que a temática ambiental tem se tornado cada vez mais central na formação cidadã, especialmente diante da urgência da crise climática. Sorrentino et al. (2020) propõem uma abordagem de educação ambiental crítica que articula formação política e sustentabilidade, reconhecendo que a construção de sociedades sustentáveis requer cidadãos capazes de compreender as dimensões políticas, econômicas e sociais das questões ambientais.

A ecologia política, de acordo com Leff (2021), aponta que a crise ambiental é fundamentalmente uma crise civilizatória que exige a desconstrução do modelo de desenvolvimento capitalista e a territorialização de formas alternativas de vida. Essa perspectiva crítica é fundamental para compreender como programas educacionais podem contribuir para a formação de uma consciência ecológica transformadora.

No contexto do Programa Jovem Senador 2025, a escolha da sustentabilidade como tema da redação “*Emergência Climática: pense no futuro, aja no presente*” reflete o reconhecimento de que a formação política contemporânea não pode dissociar-se da questão ambiental. A capacidade de articular participação democrática e responsabilidade ecológica constitui competência essencial para a cidadania do século XXI.

Essa concepção afasta a ideia de comunicação restrita à transparência administrativa ou à publicidade de atos governamentais. Ao contrário, ela comporta dimensões pedagógicas e democráticas, contribuindo para a formação de uma cidadania ativa e informada.

3 METODOLOGIA

Esta investigação adotou uma abordagem qualitativa, privilegiando a compreensão aprofundada das percepções, experiências e significados construídos pelos participantes do Programa Jovem Senador 2025. A escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve processos subjetivos de aprendizagem política, a formação da consciência cidadã e o desenvolvimento de competências deliberativas.

3.1 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados através de dois instrumentos complementares:

Análise documental: Foram analisadas as redações dos 27 estudantes selecionados para o Programa Jovem Senador 2025. A análise permitiu identificar as percepções iniciais dos jovens sobre questões ambientais, políticas públicas e responsabilidade cidadã.

Questionários semiestruturados: Após a vivência legislativa em Brasília, realizada de 18 a 22 de agosto de 2025, foram aplicados questionários aos participantes, contendo questões abertas e



fechadas sobre a experiência no programa, o aprendizado adquirido, as mudanças de percepção sobre o Parlamento e a política, e os planos futuros de engajamento cívico.

3.2 ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016), que compreende três etapas fundamentais:

Pré-análise: Organização do material coletado, leitura flutuante dos ensaios e questionários, e formulação de premissas sobre os temas emergentes.

Exploração do material: Codificação sistemática dos dados, identificação de unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) e agrupamento em categorias temáticas. Nesta etapa, foram identificadas categorias como consciência planetária, justiça climática, crítica civilizacional, propostas legislativas, percepção sobre o Parlamento, e transformação pessoal.

Tratamento dos resultados e interpretação: Análise das frequências e padrões identificados, interpretação à luz do referencial teórico, e síntese dos achados principais.

A análise temática permitiu identificar não apenas os conteúdos manifestos nos discursos dos participantes, mas também os significados latentes, as contradições, as transformações de percepção ao longo da experiência, e as conexões entre letramento político, consciência ambiental e engajamento cívico.

Por fim, ressalta-se que a pesquisa respeitou todos os princípios éticos aplicáveis, incluindo o consentimento informado dos participantes, a confidencialidade dos dados pessoais, e o uso dos materiais exclusivamente para fins de pesquisa e avaliação do programa. As redações e questionários foram analisados de forma agregada, preservando o anonimato dos jovens senadores.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das redações e dos questionários revelou um conjunto rico e complexo de percepções, aprendizados e transformações vivenciadas pelos 27 Jovem Senadores selecionados em 2025. Os resultados são apresentados e discutidos com base nas principais categorias temáticas identificadas.

A codificação das redações está baseada nas seguintes categorias temáticas e suas respectivas subcategorias e critérios de inclusão:

1. Consciência planetária: percepção da Terra como organismo interdependente e da humanidade como parte da natureza, envolve ética do cuidado e responsabilidade.
2. Responsabilidade compartilhada: reconhecimento de deveres comuns entre indivíduos, a sociedade e o Estado, expressando cooperação e governança ambiental.



3. Crítica civilizatória: questionamento dos modelos econômicos e culturais que sustentam a degradação ambiental, com destaque para o consumismo, a industrialização e a exploração de recursos.
4. Justiça climática: associação entre crise ambiental e desigualdade social, enfatizando a vulnerabilidade regional e a necessidade de políticas redistributivas.
5. Educação transformadora: valorização do conhecimento e da escola como meios de mudança social e ecológica, com protagonismo juvenil e formação crítica.
6. Esperança e regeneração: crença na superação das crises por meio da ação coletiva, da solidariedade e da reconstrução ética.
7. Catástrofe e urgência: percepção da gravidade da crise climática e da necessidade imediata de intervenção, expressa por meio de alertas e apelos morais.
8. Identidade territorial e cultural: vínculo afetivo com o território e valorização das culturas locais como expressão da diversidade e do pertencimento ambiental.

Após a categorização, realizou-se a análise comparativa por regiões do país, a fim de identificar convergências e especificidades nos discursos. Essa distribuição evidencia como diferentes contextos socioculturais e ambientais influenciam a compreensão e a expressão da emergência climática.

TABELA 1 - Redações da Região Norte

UF	Categorias Temáticas								Observações analíticas	
	1	2	3	4	5	6	7	8		
AC	★								✓	Discurso ético e de pertencimento amazônico, com apelo à consciência ecológica e à identidade regional.
AP	✓								✓	Ênfase em responsabilidade compartilhada entre Estado e cidadãos, com referências locais e apelo à ação.
AM	✓	✓	★							Crítica à exploração predatória e defesa da floresta como identidade e patrimônio coletivo.
PA	✓	✓							★	Discurso crítico e propositivo, com responsabilidade socioambiental e valorização dos povos amazônicos
RO	✓	★		✓					✓	Discurso de responsabilização mútua e justiça climática com apelos educacionais e regionais.



RR	✓			★				✓	Centralidade na justiça climática e defesa das populações vulneráveis, com sensibilidade ecológica.
TO	✓		★	✓	✓	✓	✓		Narrativa integradora: crítica ao capitalismo, educação ambiental e esperança regenerativa.

Obs.: Codificação: o código (✓) representa a presença da categoria na redação; o código () representa a ausência da categoria; o código (★) representa a prevalência da categoria.

Fonte: Autores.

Nas redações da Região Norte, prevalecem as categorias "consciência planetária", "identidade territorial e cultural" e "crítica civilizatória", articuladas em torno da ideia de pertencimento ético à natureza. O discurso juvenil confere à floresta o status de sujeito moral e de símbolo de soberania, em que a defesa ambiental assume contornos identitários e políticos. Afirmações como "cuidar da Terra é cuidar de nós mesmos, reforçando a ideia de que a preservação ambiental não é apenas uma opção, mas uma necessidade urgente." (Amapá) revelam a fusão entre identidade e responsabilidade ecológica. A crítica civilizatória emerge como denúncia do extrativismo e das desigualdades ambientais, enquanto a cidadania verde se expressa como compromisso com a preservação e a justiça socioambiental regional.

TABELA 2 - Redações da Região Nordeste

UF	Categorias temáticas								Observações analíticas
	1	2	3	4	5	6	7	8	
AL	✓	✓	★		✓	✓	✓		Discurso crítico ao modelo econômico e à omissão estatal, articulado à educação e esperança.
BA	✓	✓	✓	★	✓	✓	✓		Ênfase na justiça climática e mobilização moral; retórica de urgência e responsabilidade social.
CE	✓	★	✓	✓	✓	✓	✓		Equilíbrio entre crítica civilizatória e apelo à responsabilidade coletiva com foco educacional.
MA	✓	✓	★	✓	✓	✓	✓		Discurso histórico e estrutural: causas do aquecimento global e propostas governamentais.
PB	✓		★	✓	✓				Responsabilidade compartilhada e apelo emocional; crítica ao consumismo; defesa da consciência ecológica juvenil.



PE	✓	✓	✓	✓	★	✓	✓		Centralidade da educação ambiental e protagonismo juvenil; discurso pedagógico e esperançoso.
PI	✓	✓	✓	★	✓	✓	✓		Justiça climática e educação se entrelaçam com ênfase ética e apelo coletivo.
RN	✓	★	✓	✓	✓	✓	✓		Responsabilidade estatal e engajamento social; tom de urgência e apelo emocional.
SE	✓	✓	★	✓	✓	✓	✓		Crítica ao consumismo e à naturalização da crise; defesa da corresponsabilidade global.

Obs.: Codificação: o código (✓) representa a presença da categoria na redação; o código () representa a ausência da categoria; o código (★) representa a prevalência da categoria.

Fonte: Autores.

As redações nordestinas concentram-se nas categorias "justiça climática", "crítica civilizatória" e "catástrofe e urgência", compondo um discurso de resistência social e ética coletiva. A crise ambiental está associada à desigualdade histórica, expressando indignação e engajamento. Ademais, comunidades tradicionais, frequentemente afastadas da lógica urbana e industrial contemporânea, são duramente impactadas pelos efeitos da crise climática, mesmo contribuindo minimamente para sua origem." (Bahia) evidencia o senso de injustiça que estrutura o texto. A contundência de "O desmatamento da Amazônia cresceu 67% nos últimos anos, evidenciando que, sem fiscalização rigorosa, a destruição avança, transformando o bioma em cinzas e sufocando o próprio pulmão que o mundo respira." (Ceará) exemplifica o uso retórico como forma de denúncia. O sentimento de urgência mobiliza uma cidadania ativa, na qual a vulnerabilidade se converte em consciência política e o território em espaço de solidariedade.

TABELA 3 - Redações da Região Centro-Oeste

UF	Categorias temáticas								Observações analíticas
	1	2	3	4	5	6	7	8	
DF	✓	★	✓	✓	✓	✓			Argumentação técnico-política; discurso globalista e propositivo com foco na justiça climática.
GO	✓	✓	★	✓	✓	✓	✓		Crítica à omissão estatal e defesa da educação ambiental como motor de transformação.
MT	✓	★	✓	✓	✓	✓	✓		Ênfase na corresponsabilidade e



									sustentabilidade como pacto geracional; tom conciliatório e propositivo.
MS	✓	★	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Responsabilidade compartilhada e protagonismo juvenil; discurso ético e esperançoso.

Obs.: Codificação: o código (✓) representa a presença da categoria na redação; o código () representa a ausência da categoria; o código (★) representa a prevalência da categoria.

Fonte: Autores.

As redações do Centro-Oeste destacam as categorias "responsabilidade compartilhada", "crítica civilizatória" e "educação transformadora", configurando um discurso de mediação entre crítica e proposição. A região, marcada pela tensão entre agronegócio e conservação ambiental, expressa uma retórica de equilíbrio e de governança participativa. Como afirma o texto de Mato Grosso: "A sustentabilidade não pode ser vista como entrave ao desenvolvimento, mas como condição para sua continuidade ética e justa." Essa perspectiva revela uma tentativa de conciliar o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, articulando responsabilidades estatais, empresariais e cidadãs. A educação transformadora surge como instrumento de conscientização e mudança cultural, enquanto a esperança e a regeneração se manifestam na crença de que é possível construir um novo modelo de desenvolvimento, baseado em práticas sustentáveis e na justiça social.

TABELA 4 - Redações da Região Sudeste

UF	Categorias temáticas								Observações analíticas
	1	2	3	4	5	6	7	8	
ES	✓	★	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Responsabilidade compartilhada e articulação entre Estado, mercado e sociedade; discurso técnico e propositivo.
MG	✓	✓	★	✓	✓	✓	✓	✓	Crítica civilizatória e apelo à transformação estrutural; ênfase na educação e na ação coletiva.
RJ	✓	✓	✓	★	✓	✓	✓	✓	Justiça climática e vulnerabilidade urbana; discurso de urgência e solidariedade intergeracional.
SP	✓	★	✓	✓	✓	✓	✓	✓	Responsabilidade compartilhada e inovação tecnológica; discurso pragmático e esperançoso.

Obs.: Codificação: o código (✓) representa a presença da categoria na redação; o código () representa a ausência da categoria; o código (★) representa a prevalência da categoria.

Fonte: Autores.



As redações do Sudeste articulam as categorias "responsabilidade compartilhada", "justiça climática" e "crítica civilizatória", configurando um discurso urbano, técnico e propositivo. A região, marcada pela concentração populacional e pelos desafios da sustentabilidade urbana, expressa preocupação com a desigualdade socioambiental e com a necessidade de políticas públicas integradas. Como afirma o texto do Rio de Janeiro: "As mudanças climáticas não afetam a todos igualmente: são as populações mais vulneráveis que sofrem os impactos mais severos." Essa percepção de justiça climática articula-se com a crítica ao modelo de desenvolvimento urbano predatório e com a defesa de soluções baseadas na inovação tecnológica, na educação ambiental e na participação cidadã. A responsabilidade compartilhada emerge como princípio de governança, reconhecendo o papel do Estado, das empresas e da sociedade civil na construção de cidades mais sustentáveis e resilientes.

TABELA 5 - Redações da Região Sul

Categorias temáticas									
UF	1	2	3	4	5	6	7	8	Observações analíticas
PR	✓	★	✓	✓	✓	✓	✓		Responsabilidade compartilhada e articulação entre ciência, Estado e sociedade; discurso técnico e esperançoso.
RS	✓	✓	✓	✓	✓	✓	★		Catástrofe e urgência como eixo central; discurso de alerta e mobilização diante do colapso climático.
SC	✓	✓	✓	✓	★	✓	✓		Educação transformadora e protagonismo juvenil; discurso pedagógico e esperançoso.

Codificação: o código (✓) indica a presença da categoria na redação; o código () indica a ausência da categoria; o código (★) indica a prevalência da categoria.

Fonte: Autores.

As redações da Região Sul evidenciam um discurso de urgência e responsabilidade diante da crise ambiental, articulando as categorias "catástrofe e urgência", "esperança e regeneração" e "justiça climática". O sentimento de ameaça global é traduzido em consciência ética e política, como expressa o texto de Santa Catarina: "O termo 'emergência climática' ultrapassou o âmbito científico para definir a maior crise existencial da humanidade, conforme afirma o climatologista Carlos Nobre."

A catástrofe e urgência surgem como diagnóstico de um colapso civilizacional já em curso, reforçado pelo alerta do Rio Grande do Sul: "A emergência climática já bate à nossa porta, com o aquecimento global acelerado e ecossistemas à beira do colapso." Em contraponto, a esperança e regeneração manifestam-se como horizonte político de reconstrução, ancorado na corresponsabilidade



e na ação coletiva, sintetizada na afirmação do Paraná: "Somente por meio dessa articulação entre poder público, ciência e sociedade civil será possível frear o colapso climático e construir um futuro sustentável." Nessas narrativas, a justiça climática adquire dimensão comunitária e solidária, reafirmando a cidadania verde como prática ética e cooperativa.

4.1 SÍNTESE DA ANÁLISE DAS REDAÇÕES

De modo geral, a análise das 27 redações evidencia um repertório discursivo que combina ética e sensibilidade ambiental, articuladas a uma percepção política amadurecida. Os jovens articulam dimensões cognitivas e valorativas do letramento político, como se observa nas redações, demonstrando compreensão das responsabilidades do Estado e da sociedade diante da crise climática. As oito categorias apontam para um processo de amadurecimento cívico em que a preocupação ecológica passa a ser entendida também como um compromisso público. Embora distintas em ênfase regional, as redações convergem para um mesmo horizonte simbólico: o da solidariedade intergeracional e da corresponsabilidade planetária. A presença de discursos propositivos, críticos e afetivos indica que o exercício de escrita funcionou como prática formativa de engajamento democrático. Ao narrar a urgência do presente e projetar o futuro sustentável, esses jovens se posicionam não apenas como espectadores, mas como sujeitos da política, ou seja, agentes de uma democracia ambiental em construção.

4.2 RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Para ampliar a compreensão dos impactos formativos do Programa Jovem Senador 2025, aplicou-se um questionário aos participantes, ao término da Semana de Vivência Legislativa, de modo a identificar como a experiência contribuiu para o desenvolvimento de competências cidadãs e de valores democráticos.

A aplicação do questionário permitiu aprofundar a análise ao incluir as percepções dos jovens sobre sua experiência no Senado. O instrumento, composto por perguntas fechadas e abertas, foi estruturado nas seguintes seções temáticas: perfil, percepções sobre a vivência legislativa, aprendizados sobre cidadania e funcionamento do Legislativo, impactos no cotidiano e perspectivas de futuro.

Do total de 27 jovens senadores e senadoras, 22 responderam ao questionário, fornecendo uma base consistente de informações para o aprofundamento da análise dos efeitos do Programa Jovem Senador 2025.

Quanto ao perfil dos respondentes, 91% dos jovens afirmaram nunca ter participado de nenhuma iniciativa de simulação legislativa. Ao serem indagados sobre a percepção da experiência adquirida durante a Semana, os jovens destacaram o caráter educativo e simbólico da vivência,



marcada pela oportunidade de compreender, na prática, o funcionamento do Poder Legislativo e de participar ativamente das etapas do processo legislativo. Como afirmou uma participante, “foi incrível perceber que a nossa voz, mesmo sendo jovens, tem força e pode contribuir para mudanças reais no nosso país”.

Para 100% dos alunos, o Programa foi importante para a compreensão do funcionamento do Poder Legislativo. Ao serem questionados sobre a atividade formativa que mais contribuiu para o aprendizado, 81% apontaram as atividades legislativas e 86% a participação nas comissões temáticas.

O tema da redação influenciou a forma como os jovens passaram a compreender os problemas ambientais da sua localidade, em 73%. Já no grupo de perguntas sobre política e cidadania, 100% dos estudantes avaliaram que, após participarem do Programa, se sentem mais preparados para atuar como cidadãos ativos em suas comunidades.

Como se nota, as respostas dos participantes à pergunta aberta sobre o significado de ser um cidadão politicamente consciente revelam um elevado grau de maturidade cívica e uma compreensão ampliada da política como prática cotidiana, ética e transformadora. A cidadania é descrita como um exercício ativo, que exige informação, senso crítico e participação social, indo muito além do voto. As falas evidenciam uma visão de compromisso com o coletivo, como expressa um dos respondentes: "ser um cidadão politicamente consciente é compreender que nossas ações, escolhas e omissões têm impacto direto na sociedade em que vivemos".

Outro traço significativo nas respostas é a valorização do diálogo, do respeito e da diversidade de opiniões, elementos centrais à convivência democrática. Os jovens mostram compreender a política como um espaço de construção coletiva, no qual o debate e a empatia são fundamentais.

Quanto à autopercepção de seus comportamentos, 54% dos alunos afirmaram que, após a Semana de Vivência Legislativa, passaram a acompanhar o noticiário político diariamente. Para 72% dos estudantes, nas conversas com amigos e familiares sobre temas políticos, ambientais e de cidadania, eles se tornaram mais ativos e participativos.

A respeito dos projetos futuros, 63% dos estudantes afirmaram que já colocaram em prática alguma ação ou ideia relacionada à vivência no Programa, como projeto ambiental, palestra, atividade na escola e outros. Os demais 37% afirmaram que ainda não executaram nenhuma ação, mas pretendem executar.

As respostas dos jovens senadores à pergunta sobre as ações ou mudanças que gostariam de promover em suas comunidades, inspiradas pelo Programa Jovem Senador, revelam um forte comprometimento com a transformação social e uma clara intenção de multiplicar os aprendizados adquiridos durante a vivência legislativa. A maioria das propostas está voltada para a educação política e o protagonismo juvenil, com ênfase na criação de espaços de debate e formação cidadã em escolas e



câmaras municipais. Como sintetizou um participante: "a educação política é fundamental para formar cidadãos mais críticos, conscientes e engajados na transformação social".

As respostas indicam, entre os participantes, a presença de discursos que associam o aprendizado legislativo a práticas de cidadania ativa e responsabilidade social, embora o alcance dessas transformações não possa ser generalizado.

A análise das respostas evidencia que o Programa Jovem Senador 2025 exerce um profundo impacto formativo, emocional e social sobre seus participantes. As percepções coletadas revelam uma experiência educativa que ultrapassa o aprendizado institucional, promovendo o amadurecimento político, o senso de pertencimento e o compromisso com a transformação coletiva. Os jovens demonstram compreender a cidadania como prática cotidiana e participativa, reconhecendo-se como protagonistas de mudanças em suas comunidades.

Ao reunir múltiplas dimensões, cognitiva, ética e afetiva, o Programa se consolida como um espaço de educação democrática e engajamento cívico, capaz de inspirar trajetórias de liderança e fortalecer o vínculo entre juventude, política e responsabilidade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Jovem Senador representa uma inovação significativa no campo da comunicação pública educacional, demonstrando como experiências parlamentares simuladas podem transformar conhecimento teórico em engajamento cívico prático. Os resultados desta pesquisa evidenciam que a metodologia adotada desenvolve competências críticas, promove valores democráticos e estimula a participação social ativa entre jovens brasileiros.

A análise das redações e questionários revela um grupo de participantes politicamente consciente e comprometido com a sustentabilidade, capaz de articular propostas legislativas inovadoras para enfrentar a crise climática. Esta capacidade propositiva sugere que o programa não apenas informa sobre processos políticos, mas também efetivamente forma cidadãos preparados para a participação democrática qualificada.

A transformação nas percepções dos participantes sobre o Parlamento e a política constitui um dos achados mais relevantes da pesquisa. A experiência de vivenciar, concretamente, o trabalho legislativo durante a Semana de Vivência Legislativa permitiu aos jovens superar estereótipos negativos e desenvolver uma compreensão mais complexa e nuançada das instituições democráticas. Esse movimento de desmistificação da política é essencial em um contexto de crise de representatividade e desconfiança institucional.

O desenvolvimento de competências como argumentação, escuta ativa, negociação e construção de consensos, constitui outro resultado relevante do Programa. Essas competências são fundamentais não apenas para a participação política formal, mas também para o exercício da cidadania



em múltiplos espaços da vida social. Como demonstram Harlos e Souza (2025), o letramento político efetivo requer a articulação entre o conhecimento teórico e a experiência prática de participação.

A dimensão de comunicação pública do Programa merece destaque especial. Ao criar um espaço de diálogo genuíno entre a instituição parlamentar e os estudantes, o Programa Jovem Senador exemplifica o modelo de comunicação pública proposto por Matos (2011), que vai além da mera transmissão de informações e reconhece os cidadãos como sujeitos políticos ativos. Essa abordagem dialógica é fundamental para a reconstrução da legitimidade das instituições democráticas.

A escolha da sustentabilidade como tema central do programa em 2025 revelou-se particularmente acertada. A análise das redações demonstra que os jovens brasileiros estão desenvolvendo uma consciência ecológica sofisticada, que articula as dimensões ambientais, sociais, econômicas e políticas da crise climática. Muitos participantes vão além das soluções tecnocráticas convencionais, propondo transformações estruturais no modelo de desenvolvimento. Essa perspectiva crítica alinha-se à ecologia política de Leff (2021) e sugere que as novas gerações podem ser protagonistas de uma transição civilizatória necessária.

A diversidade regional de perspectivas enriquece significativamente o Programa. O convívio entre jovens de diferentes regiões do Brasil permite o compartilhamento de realidades distintas, o desenvolvimento de empatia por contextos diversos, e a construção de propostas legislativas que contemplam a complexidade territorial do país. Essa dimensão de integração nacional constitui um valor adicional importante do programa.

Entretanto, é preciso reconhecer as limitações do estudo, que se limita ao universo dos participantes selecionados e carece de acompanhamento longitudinal para avaliar efeitos duradouros. Futuras pesquisas poderiam incluir egressos de edições anteriores, educadores e gestores para ampliar a compreensão do impacto formativo do programa. Estudos comparativos com iniciativas similares de outros parlamentos também poderiam gerar aprendizados valiosos.

Do ponto de vista das políticas públicas, o Programa Jovem Senador pode ser um modelo replicável de educação para a cidadania e comunicação deliberativa. Diante dos resultados obtidos, algumas recomendações podem ser formuladas:

Fortalecimento do acompanhamento pós-programa: Criar mecanismos para manter os egressos engajados, como redes de alumni, plataformas digitais de interação, e oportunidades de participação em atividades do Senado Federal.

Ampliação de parcerias: Estabelecer colaborações com universidades, organizações da sociedade civil e outras instituições para oferecer formação continuada em letramento político e sustentabilidade aos egressos.



Disseminação de boas práticas: Sistematizar e compartilhar a metodologia do programa com outros legislativos e instituições educacionais, contribuindo para a multiplicação de iniciativas semelhantes.

Avaliação sistemática: Implementar processos de avaliação contínua e rigorosa do programa, incluindo acompanhamento de longo prazo dos egressos, para identificar impactos duradouros e oportunidades de aperfeiçoamento.

Integração com o currículo escolar: Buscar articulações com o sistema educacional para que a experiência do Programa Jovem Senador seja mais bem aproveitada no contexto das escolas de origem dos participantes.

Com base na análise dos dados, é possível considerar que os jovens participantes não apenas ampliaram o entendimento sobre o papel do Parlamento e a responsabilidade ambiental, mas também passaram a reconhecer-se como parte ativa da esfera pública.

Em um momento histórico de desafios sem precedentes, como a crise climática, as desigualdades crescentes e as ameaças à democracia, programas como o Jovem Senador representam investimentos estratégicos na formação de uma nova geração de cidadãos. Cidadãos capazes de compreender a complexidade dos problemas contemporâneos, de dialogar construtivamente com perspectivas diversas, de propor soluções inovadoras, e de engajar-se ativamente na construção de um futuro mais justo e sustentável.



REFERÊNCIAS

ALMADA, Maria Paula et al. Parlamentos digitais e participação política: análise das plataformas de engajamento cidadão. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 30, p. 285-318, 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2016.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COSSON, Rildo. Letramento político: trilhas abertas em um campo minado. *E-legis*, v. 12, n. 30, p. 16-38, 2019.

DANTAS, Helga et al. Educação política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de ensino médio sobre a política. *E-Legis: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados*, v. 12, n. 30, p. 39-61, 2019. DOI: <https://doi.org/10.51206/e-legis.v12i30.518>.

FREITAS, Camilly da Silva. Narrativas sobre o Bicentenário da Independência do Brasil: análise das produções discentes do Concurso Jovem Senador 2022. 2025. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/45674>. Acesso em: 3 set. 2025.

HARLOS, Franciele Ebling; SOUZA, Sandra Aparecida de. Letramento político no ensino médio: recursos pedagógicos, metodologias e instituições. *Caderno Pedagógico*, v. 22, n. 5, e15139, 2025. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv22n5-250>.

IPU -- Inter-Parliamentary Union. *Global Parliamentary Report 2022: Public engagement in the work of parliament*. Geneva: IPU, 2022.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2013.

LEFF, Enrique. *Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida*. Campinas: Editora Unicamp, 2021.

MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva Arantes. A esfera pública hiperconectada e suas implicações na comunicação pública contemporânea. *Organicom – Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas*, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 89-101, maio/ago. 2024.

MANGUE, Daniela Cristina da Silva. (In)formação, um caminho para a participação política? Um estudo de caso sobre o Programa de Educação para a Cidadania da ALMG. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 38, p. 283-294, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-99362008000200016>.

MARTINS, Lúcio; BARROS, Antonio Teixeira de. Influências do Parlamento Jovem Brasileiro no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 27, n. 1, e705, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220182705>.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OPENAI. ChatGPT. Disponível em: <https://chat.openai.com>. Acesso em: 12 out. 2025.



RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; CARVALHO, Dennison de Oliveira. Letramento político entre jovens eleitores no Brasil. *Opinião Pública*, v. 26, n. 1, p. 1-28, 2020.

ROTHBERG, Danilo et al. *Parlamentos digitais: inovação democrática na era da informação*. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 380-402, nov. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200006>.

SANTOS JÚNIOR, Edson Gil. *Funções educativas dos parlamentos digitais: uma análise comparada dos programas de letramento político e parlamento jovem dos legislativos brasileiros e europeus*. 2022. Tese (Doutorado em Ciência Política) -- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental crítica: formação política para a sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, e02043, 2020.

ZÉMOR, Pierre. *La communication publique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.

